

para construção de um Parque. Nesse contexto, a equipe esteve in loco fazendo o cadastramento das famílias que serão afetadas pela iniciativa. A seguir, foram apresentados dados sobre o Aluguel Social, programa de atendimento emergencial criado para situações que ofereçam riscos físicos às famílias, seja desabamento, alagamento, etc, ou de vulnerabilidade social. Esse programa, apesar de provisório, atende atualmente 62 (sessenta e dois) beneficiários. Em seguida, deu seguimento à explicação dos projetos de cada célula, iniciando pela Célula de Planejamento Habitacional, com destaque para a futura revisão do Plano Local de Interesse Social - PLHIS. Quanto à Células de Projetos Habitacionais, destacou-se o projeto de iniciação do Escritório Público, que deverá ancorar-se no direito ao acesso à assistência técnica pública e gratuita de profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil a famílias de baixa renda, previsto na lei federal nº 11.888 de 2008. Nesse sentido, foi apresentado o projeto piloto em andamento no conjunto Jatobá Residence, onde algumas famílias estão sendo assessoradas em projetos de ampliação das suas unidades. A seguir, foram apresentadas as ações da Célula de Acompanhamento Social da Habitação e seus respectivos eixos de atuação, com destaque para as ações planejadas no âmbito do trabalho técnico social desenvolvido no residencial Nova Caiçara, empreendimento oriundo ainda do “Programa Minha Casa, Minha Vida”. As ações, realizadas em conjunto com os moradores nos eixos de Educação Ambiental, Trabalho e Renda, Organização Comunitária e Gestão Condominial, deverão ser desenvolvidas em parceria com a ONG “Luta Pela Paz”. Já com relação à célula de Regularização Fundiária e à de Acompanhamento Social da Regularização Fundiária, foi apresentado como prioridade o andamento dos processos de regularização no bairro Dom José e no conjunto Santo Antônio, do Complexo Monsenhor Aloisio Pinto. Após a exposição dos projetos em andamento da coordenadoria, o Vice-Presidente apresentou a atual estruturação do Conselho, sua composição de membros entre órgãos governamentais e grupos da sociedade civil, onde há, atualmente, uma vaga aberta para grupos ou associações que tenham relação com a temática habitacional. Francisco Clébio Rodrigues Lopes, perguntou sobre a questão de regularização fundiária no bairro Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior e sobre os critérios de inclusão no Programa de Locação Social. A respeito do processo de regularização do bairro Cidade Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, parceria entre a prefeitura municipal e o governo do estado para Regularização Fundiária do bairro, visando integrá-lo legalmente à cidade, garantindo a democratização do acesso da população de baixa renda à terra e à moradia. Em seguida, o Vice-Presidente declarou a seguinte pauta para serem discutidas na próxima Reunião Ordinária: Prestação de contas do CMHIS do ano de 2022. Como encaminhamento, os presentes foram convidados a comparecer na próxima reunião ordinária. Finalizadas as apresentações e retiradas as dúvidas, o Vice-Presidente agradeceu a presença de todos e a colaboração, finalizando, assim, a reunião. Sobral, 09 de fevereiro de 2023. Marília Gouveia Ferreira Lima - Presidenta do CMHIS.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 03/2022 - CMHIS - No décimo oitavo dia do mês de agosto de dois mil vinte e dois, às quatorze horas, de forma on-line (via Google Meet), foi realizada a terceira reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do ano de 2022. As pautas apresentadas foram: Revisão do Regimento Interno; Discussão e elaboração de plano de ação para eleição de novo representante da sociedade civil e táticas de incentivo à participação popular. Estiveram presentes à reunião os (as): Titulares; Suplentes Representantes Governamentais; Lucas Golignac Lessa (Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente); Hortência Veras Mangabeira (Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social); Representantes da Sociedade Civil; Francisco Clébio Rodrigues Lopes (Universidade Vale do Acaraú - UVA); e os convidados (as) Luana Rodrigues da Silva; Danielle Carneiro Cajazeiras. A reunião foi iniciada com a fala do Vice-Presidente Lucas Golignac Lessa cumprimentando a todos e dando boas vindas aos presentes. Dando seguimento à reunião, o Vice-Presidente Lucas Golignac Lessa destacou as pautas que a serem discutidas durante a reunião: foi apresentada a atual estruturação do Conselho, sua composição de membros entre órgãos governamentais e grupos da sociedade civil, onde há, atualmente, uma vaga aberta para grupos ou associações que tenham relação com a temática habitacional. É necessário ressaltar que este Conselho, atualmente, conta com apenas 5 (cinco) representantes como membros ativos. Em seguida, foram apresentadas as ações da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária, apontando as competências e atividades de cada célula. Quanto à estratégia de ocupação das vagas do Conselho, foi elaborado junto aos conselheiros que estiveram presentes na reunião uma versão preliminar do Plano de Divulgação e Ocupação. Na reunião, parte do cronograma de ação do Plano foi estipulado. A conselheira Hortência Veras Mangabeira ficou encarregada de listar lideranças comunitárias e contatos de entidades da sociedade civil que poderiam possuir o perfil para compor a estrutura do CMHIS. Em seguida. A convidada presente, Luana Rodrigues da Silva, por sua vez, ficou encarregada de consolidar o Plano de Divulgação e Ocupação e enviar aos demais. Com estes encaminhamentos e finalizadas as

apresentações e retiradas as dúvidas, o Vice-Presidente agradeceu a presença de todos e a colaboração, finalizando, assim, a reunião. Sobral, 18 de agosto de 2022. Marília Gouveia Ferreira Lima - Presidenta do CMHIS.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 04/2022 - CMHIS - No vigésimo segundo dia do mês de setembro de dois mil vinte e dois, às quatorze horas, no auditório da Coordenadoria Estadual de Formação Docente e Educação a Distância - CODEC/CED, foi realizada a quarta reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do ano de 2022. As pautas apresentadas foram: Atualização do andamento das ações da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária; e Composição do Conselho. Estiveram presentes na reunião os (as): Suplentes Representantes Governamentais: Lucas Golignac Lessa (Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente); Antônia Jeovanice Rodrigues Mourão (Secretaria de Infraestrutura); Suplentes Representantes da Sociedade Civil: Maria Liliane Vieira da Costa (Ordem dos Advogados do Brasil - Subseção Sobral); Francisco Clébio Rodrigues Lopes (Universidade Vale do Acaraú - UVA); e os convidados (as) Anderson Mateus Santos da Silva, Benedito Jucélio Arruda, Benedita Edália da Silva, Edileuza Pereira Rodrigues, Francisco Evaldo Alves da Silva e Luana Rodrigues da Silva. A reunião foi iniciada com a fala do Vice-Presidente do Conselho, Lucas Golignac Lessa, cumprimentando a todos e dando boas-vindas aos presentes. Foram destacadas as pautas a serem discutidas: A atualização do andamento das ações da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária; e a Composição do Conselho, que atualmente conta com uma vaga aberta para a sociedade civil. Logo após, o Vice-Presidente explanou aos presentes o propósito do Conselho, a saber, o de promover um espaço de diálogo entre o poder público e a população na gestão democrática da cidade. Os presentes foram convidados então a se apresentar, indicando o local de moradia e o grupo ou associação ao qual fazem parte. Dando prosseguimento à reunião e iniciando a exposição das pautas, o Vice-Presidente reforçou a necessidade de ampliação do debate entre a gestão pública municipal e os moradores, salientando que o Conselho deverá funcionar como um espaço cada vez mais participativo. Antes da explanação acerca do andamento das ações da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária, foi levantada a questão da alteração do órgão administrativo responsável pela pasta, deixando de compor a Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS e passando a compor a Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente - SEUMA. A partir disso, a coordenadoria, que passou por uma reestruturação, foi apresentada aos demais em sua composição em células. Um dos presentes, o convidado Benedito Jucélio Arruda, fez uma pergunta a respeito do Programa de Construção e Reformas Habitacionais - PCRH, questionando o andamento das obras previstas de reconstrução em alvenaria das casas de taipa cadastradas no projeto. O Vice-Presidente apresentou como empecilho para a continuidade do cronograma de obras a dificuldade de captação de recursos para a execução de alguns dos projetos iniciados, o que acabou contribuindo para a estagnação das ações. Em seguida, deu seguimento à explicação dos projetos de cada célula, iniciando pela Célula de Planejamento Habitacional, com destaque para a futura revisão do Plano Local de Interesse Social - PLHIS, dada a sua relevância para a atualização dos dados habitacionais do Município, ressaltando também a imprescindibilidade da participação social para o entendimento da realidade local das comunidades. Quanto à Células de Projetos Habitacionais, destacou-se o projeto de iniciação do Escritório Público, que deverá ancorar-se no direito ao acesso à assistência técnica pública e gratuita de profissionais de Arquitetura, Urbanismo e Engenharia Civil a famílias de baixa renda, previsto na lei federal nº 11.888 de 2008. Nesse sentido, foi apresentado o projeto piloto em andamento no conjunto Jatobá Residence, onde algumas famílias estão sendo assessoradas em projetos de ampliação das suas unidades. Para a Célula de Acompanhamento Social da Habitação, foi apresentado o status do programa de Locação Social, apontando os bairros da Sede com maior concentração de beneficiários. Já com relação à célula de Regularização Fundiária e à de Acompanhamento Social da Regularização Fundiária, foi apresentado o andamento dos processos de regularização no bairro José Euclides e no conjunto Santo Antônio, do Complexo Monsenhor Aloisio Pinto. Após a exposição dos projetos em andamento da coordenadoria, o Vice-Presidente apresentou a atual estruturação do Conselho, sua composição de membros entre órgãos governamentais e grupos da sociedade civil, onde há, atualmente, uma vaga aberta para grupos ou associações que tenham relação com a temática habitacional. Também foi apresentado o valor existente no Fundo Municipal de Habitação, cuja aplicação dos recursos, provenientes de multas e compensações urbanísticas, é gerida pelo Conselho. Com a abertura do espaço para perguntas, Edália e Benedito disseram ter dúvidas quanto à inscrição no Programa de Locação Social para o recebimento do benefício. Já Edileuza perguntou sobre a construção de unidades sanitárias, dúvida a qual o Vice-Presidente respondeu falando da necessidade da existência de uma lei que disponha sobre a aquisição de material e sua utilização para construção autônoma por parte dos beneficiários. A legislação, proposta pela coordenadoria, encontra-se em processo de elaboração. A respeito da

conclusão do processo de regularização do conjunto Padre José Linhares, foi explicada a existência de uma área em litígio, onde ainda se estuda o melhor procedimento a ser feito para o reconhecimento e legitimação do direito de propriedade dos moradores da área. Como encaminhamento, os presentes foram convidados a comparecer na próxima reunião ordinária, apresentando a história dos respectivos grupos ou coletivos ao qual estão associados. Finalizadas as apresentações e retiradas as dúvidas, o Vice-Presidente agradeceu a presença de todos e a colaboração, finalizando, assim, a reunião. Sobral, 22 de setembro de 2022. Marília Gouveia Ferreira Lima - Presidenta do CMHIS.

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 05/2022 - CMHIS - No décimo sétimo dia do mês de novembro de dois mil vinte e dois, às quatorze horas, na sala de reuniões da Secretaria de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (SEUMA), foi realizada a quinta reunião ordinária do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social (CMHIS) do ano de 2022. As pautas apresentadas foram: Repasses da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária; discussão sobre o novo membro do Conselho; e frequências das reuniões ordinárias. Estiveram presentes na reunião os (as): Suplentes Representantes Governamentais: Lucas Gollignac Lessa (Secretaria de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente); Hortência Veras Mangabeira (Secretaria dos Direitos Humanos e Assistência Social); Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (Universidade Vale do Acaraú - UVA); e os convidados (as) Anderson Mateus Santos da Silva, Benedito Jucélio Arruda, Marta Silva Frota, Luana Rodrigues da Silva e a secretária executiva do Conselho Danielle Carneiro Cajazeiras. A reunião foi iniciada com a fala do Vice-Presidente do Conselho, Lucas Gollignac Lessa, cumprimentando a todos e dando boas-vindas aos presentes. Foram destacadas as pautas a serem discutidas: A atualização do andamento das ações da Coordenadoria de Habitação e Regularização Fundiária; e a Composição do Conselho, que atualmente conta com uma vaga aberta para a sociedade civil. Logo após, o Vice-Presidente elucida sobre os projetos habitacionais existentes no município de Sobral, apresentando a atuação da Célula de Acompanhamento Social da Habitação e seus respectivos eixos. Dando seguimento à reunião, o Vice-Presidente, Lucas Gollignac Lessa, destacou o projeto das 68 (sessenta e oito) U.H. no bairro Dr. José Euclides Ferreira Gomes Júnior, com três unidades entregues no mês de outubro. Logo após, outro ponto abordado foi uma apresentação sobre o Aluguel Social, programa de atendimento emergencial criado para situações que ofereçam riscos físicos às famílias, seja desabamento, alagamento, etc, ou de vulnerabilidade social. Esse programa, apesar de provisório, atende atualmente 61 (sessenta e um) beneficiários. Seguidamente é explanada a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo (LPUOS) tendo como objetivo conferir plena eficácia aos instrumentos urbanísticos estabelecidos no Estatuto da Cidade e previsto no Plano Diretor, e explica que é um instrumento previsto no Estatuto da Cidade que objetiva o pleno estabelecimento das funções sociais da cidade e da propriedade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Além disso, foi feita uma explanação sobre as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), que são porções do território destinadas, prioritariamente, à moradia de habitação de interesse social e tem como objetivos promover melhorias habitacionais e urbanísticas nos territórios, assim como a recuperação ambiental destes, quando necessário, dotando-os de infraestrutura, equipamentos sociais, comércios e serviços locais, além de promover a regularização fundiária de modo a integrá-los à estrutura formal urbana. Em seguida o Vice-Presidente elucida com relação à Célula de Regularização Fundiária e a de Acompanhamento Social da Regularização Fundiária. A respeito da conclusão do processo de regularização do conjunto Padre José Linhares, foi explicada a existência de uma área em litígio, onde ainda se estuda o melhor procedimento a ser feito para o reconhecimento e legitimação do direito de propriedade dos moradores da área. Além dos tópicos supracitados, foram abordadas as pautas acerca da frequência de realização de reuniões ordinárias e acerca das representações previstas na composição do Conselho. Quanto à frequência de reuniões, discutiu-se a possibilidade de realizá-las a cada dois meses, para viabilizar um maior tempo de preparação, tendo em vista a sua lógica operacional. Já com relação à composição do Conselho, é necessário ressaltar que este, atualmente, conta com apenas 5 (cinco) representantes como membros ativos. Nesse sentido, a discussão da pauta se fez em torno de duas questões: a primeira, a respeito da cadeira vacante da Sociedade Civil, com o propósito de eleger novo membro para ocupá-la; a segunda, a respeito da representação governamental, com a sugestão mudar a titularidade dos representantes dos órgãos, onde os titulares passariam a ser indicação dos próprios, assim como seus respectivos suplentes. O objetivo seria o de ampliar as possibilidades de participação das secretarias envolvidas no Conselho. Para o novo membro da Sociedade Civil do CMHIS, fez-se a proposta de eleger como representante titular o Sr. Benedito Bezerra Arruda, membro da Sociedade de Desenvolvimento Comunitário do Bairro Dom José - SEDEC, e, como representante suplente, a Sra. Marta Silva Frota, do Coletivo Periferia Viva, organização social do bairro Nova Caiçara. As pautas foram colocadas para deliberação, com aprovação por unanimidade. O Vice-Presidente agradeceu a presença e a

colaboração de todos, finalizando, assim, a reunião. No entanto, em consulta ao setor jurídico, atestou-se que as alterações deliberadas exigiam modificações de ordem legislativa, tendo em vista que o Regimento Interno do CMHIS é regido pela Lei nº 1721/18, lei de sua criação e que dispõe sobre os termos de composição e frequência de reuniões. Tendo em vista os trâmites necessários para promulgar a alteração da referida legislação, e considerando ainda a revisão do Plano Diretor, que propõe uma reformulação ao Conselho de Habitação, optou-se pela abdicação das propostas de alteração. Sobral, 17 de novembro de 2022. Marília Gouveia Ferreira Lima - Presidenta do CMHIS.



SOBRAL
DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO